TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS CONVÊNIOS DO FUNDO PARANÁ

Lais Magalhães de Laia (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Franciele do Prado Daciê (Orientador). E-mail: fpdacie2@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Cianorte,PR

Área e subárea do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas / Administração / Ciências Contábeis

Palavras-chave: Fundo Paraná; Execução Orçamentária; Transparência Pública

RESUMO

Este estudo analisa a execução orçamentária dos convênios do Fundo Paraná vinculados à SETI entre 2022 e 2024. A pesquisa descritiva e documental padronizou os empenhos realizados via convênios junto ao Fundo Paraná. Os resultados apontam expansão expressiva do volume executado, de R$ 240,6 mil em 2022 para R$ 124,8 milhões em 2024, acompanhada pela descentralização dos recursos entre instituições. Observou-se a ampliação das formas de aplicação e uma transição no perfil das despesas, onde o predomínio inicial de despesas correntes deu lugar às de capital em 2024, direcionadas a equipamentos, bolsas e obras, migrando do custeio temporário para investimentos estruturantes. A sistematização desses indicadores aperfeiçoa a gestão orçamentária, amplia a transparência e reduz a assimetria informacional que existe entre as instituições.

INTRODUÇÃO

A aplicação de recursos públicos nas Instituições de Ensino Superior (IES) é estratégica para a produção de conhecimento, formação de recursos humanos e desenvolvimento científico, tecnológico e regional. As universidades exercem um papel de bem público, gerando impactos que extrapolam os resultados individuais dos projetos financiados e contribuem para o desenvolvimento dos territórios onde atuam (Owen-Smith, 2018; Marginson, 2025; Benneworth & Fitjar, 2019). Entretanto, a descentralização da execução financeira dos convênios amplia desafios relacionados à transparência, ao monitoramento e à prestação de contas, exigindo mecanismos capazes de reduzir a assimetria informacional e fortalecer a governança dos recursos públicos (Eisenhardt, 1989; Marcovitch, 2018).

Diante desse contexto, este estudo analisa a execução orçamentária dos convênios financiados pelo Fundo Paraná, examinando a evolução dos recursos destinados às IES, a distribuição entre despesas de custeio e de capital e as principais formas de aplicação dos empenhos, oferecendo subsídios para o aprimoramento da gestão e da governança universitária.

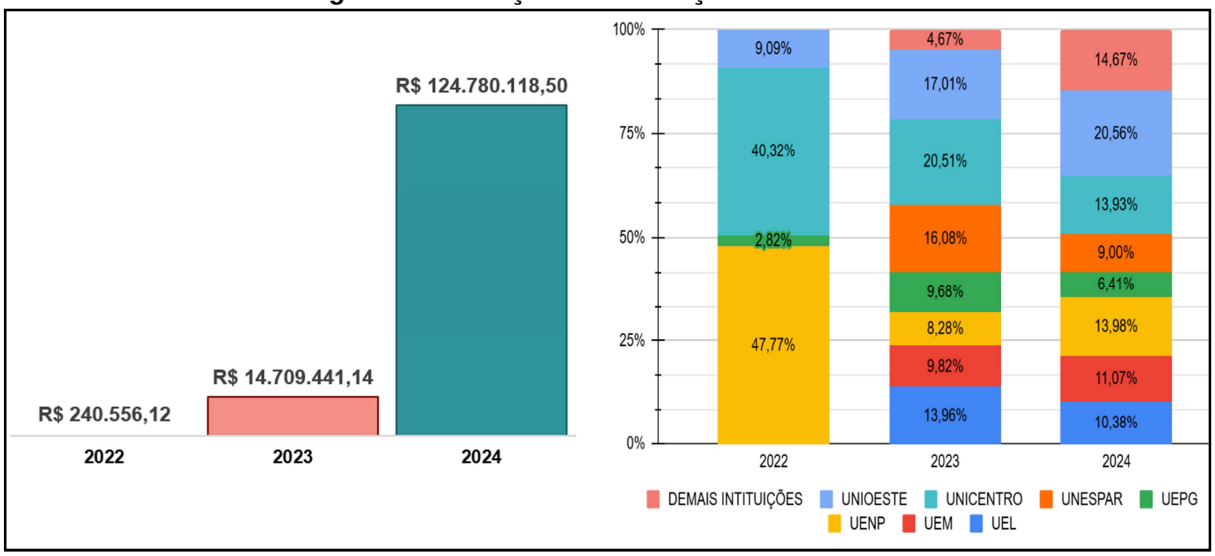
MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, desenvolvida por meio de estudo de caso com abordagem documental, tendo como objeto os empenhos financeiros do Fundo Paraná em convênios firmados com Instituições de Ensino Superior e institutos de pesquisa vinculados à SETI. Os dados foram obtidos junto ao setor de prestação de contas da SETI, via Lei de Acesso à Informação, totalizando 32.181 empenhos executados entre 2022 e 2024. A base foi tratada e padronizada no Microsoft Excel, com categorização das variáveis de instituição, ano, valor empenhado, categoria econômica e elemento da despesa, conforme a SEFA nº 002/2016. A análise resultou em indicadores sobre a evolução anual dos recursos, as principais instituições captadoras e a distribuição dos empenhos entre despesas de custeio, capital e categorias de aplicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Figura 1 evidencia a evolução orçamentária do Fundo Paraná e as instituições que se destacaram na captação de recursos por meio dos projetos. Ao lado esquerdo, observa-se expansão dos recursos executados pelo Fundo Paraná entre 2022 e 2024. Os empenhos passaram de R$ 240,6 mil em 2022 para R$ 14,7 milhões em 2023, alcançando R$ 124,8 milhões em 2024, demonstrando mudança de escala na política estadual de financiamento à ciência, tecnologia e inovação.

Figura 1 – Evolução e distribuição dos recursos



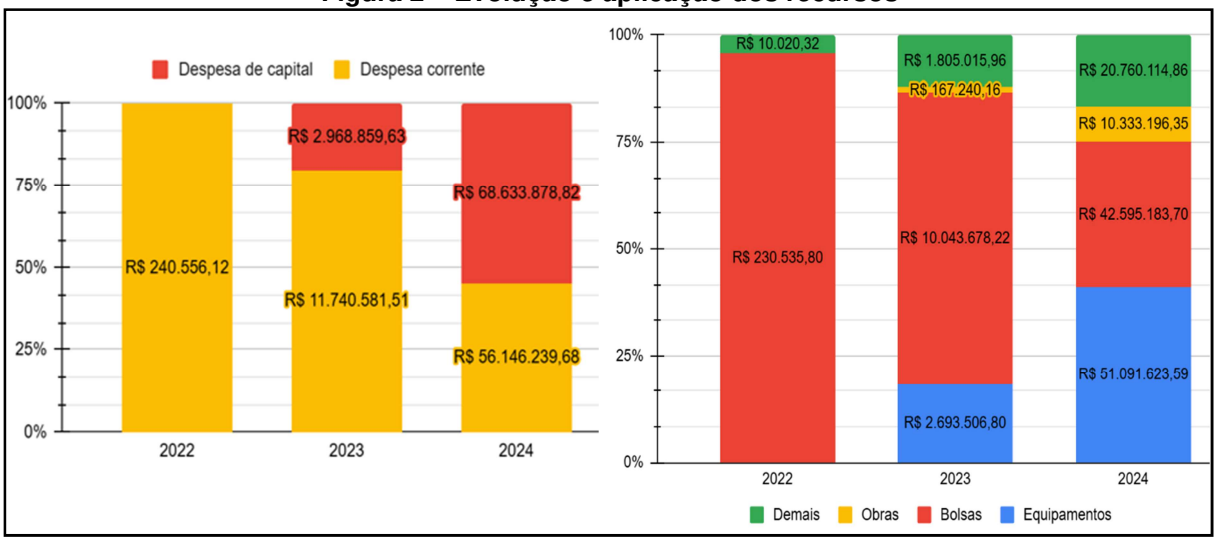
Fonte: dados da Pesquisa

O lado direito da Figura 1, por sua vez, aponta a distribuição dos recursos entre as instituições ao longo do triênio. Em 2022, os repasses estiveram concentrados principalmente na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), responsável por 47,77% dos recursos, e na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), com 40,32%. Em 2023, observa-se a ampliação da participação das

universidades, com destaque para UNICENTRO (20,51%), UNIOESTE (17,01%), UNESPAR (16,08%), UEL (13,96%) e UEPG (9,68%). Em 2024, essa distribuição torna-se ainda mais equilibrada, com UNIOESTE (20,56%), UNICENTRO (13,93%), UENP (13,98%), UEL (10,38%), UEM (11,07%), UNESPAR (9,00%) e UEPG (6,41%), além da incorporação representativa de institutos de pesquisa (IDR-Paraná, TECPAR, IAT e IPARDES) agrupados na categoria Demais Instituições (14,67%)

Esse achado demonstra o fortalecimento da capacidade de captação e execução dos convênios pelas IES paranaenses, ampliando o alcance territorial da política de fomento e reforçando o papel das universidades como agentes articuladores da inovação e do desenvolvimento regional, conforme discutem Benneworth e Fitjar (2019) e Owen-Smith (2018). A Figura 2 tem a finalidade de apontar o formato de aplicação dos recursos captados por meio dos projetos.

Figura 2 – Evolução e aplicação dos recursos



Fonte: dados da pesquisa

Além do crescimento do volume de recursos, a Figura 2 evidencia uma mudança no perfil da execução orçamentária dos convênios do Fundo Paraná. Em 2022, a totalidade dos recursos foi destinada às despesas correntes (R$ 240.556,12). Em 2023, as despesas de capital passaram a representar 20,18% da execução (R$ 2.968.859,63) e, em 2024, tornaram-se predominantes, alcançando 55% dos recursos executados (R$ 68.633.878,82). Esse comportamento demonstra uma transição de um modelo voltado à manutenção das atividades para uma estratégia de investimento em infraestrutura e fortalecimento da capacidade institucional das IES.

A distribuição dos recursos por categoria de despesa confirma essa evolução. Em 2022, os empenhos concentraram-se quase exclusivamente na concessão de bolsas (95,8% do total). Em 2023, surgem investimentos mais expressivos em equipamentos (R$ 2,69 milhões) e outras despesas de apoio à execução dos projetos. Em 2024, observa-se uma composição mais equilibrada dos recursos, com predominância da aquisição de equipamentos (40,9%), seguida de bolsas (34,1%) e obras (8,3%), além de despesas com diárias, passagens, serviços de terceiros e

auxílios. A mudança indica uma ampliação do foco do financiamento, que passa a combinar investimento em capital humano com a modernização da infraestrutura científica e tecnológica das instituições.

A evidenciação desse padrão de execução orçamentária contribui para reduzir a assimetria informacional entre a instituição financiadora e as instituições executoras, ao tornar mais transparente a destinação dos recursos públicos e a evolução do perfil dos investimentos. Esses indicadores fortalecem a prestação de contas, qualificam a gestão dos convênios e oferecem subsídios para o aperfeiçoamento das políticas de financiamento à ciência, tecnologia e inovação, em consonância com os princípios de governança e transparência discutidos por Eisenhardt (1989), Marcovitch (2018) e Marginson (2025).

CONCLUSÕES

Os resultados evidenciam uma ampliação dos investimentos públicos nas Instituições de Ensino Superior paranaenses, refletida no aumento da execução de recursos e na diversificação da sua aplicação. A sistematização de indicadores contribui para reduzir a assimetria informacional entre a instituição financiadora e as instituições executoras, ampliando a transparência, a prestação de contas e o monitoramento da execução orçamentária. Além disso, oferece subsídios para a tomada de decisão, o aperfeiçoamento da gestão dos convênios e o fortalecimento da governança dos investimentos públicos em ciência, tecnologia e inovação (Eisenhardt, 1989; Marcovitch, 2018; Marginson, 2025).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná pela concessão da bolsa.

REFERÊNCIAS

Benneworth, P., & Fitjar, R. D. (2019). Contextualizing the role of universities to regional development: Introduction to the special issue. Regional Studies, Regional Science, 6(1).

Eisenhardt, K. M. (1989). Agency theory: An assessment and review. Academy of Management Review, 14(1), 57-74.

Marginson, S. (2025). Problems of the public good in higher education: Building the common amid sovereign individualism, capital and the state. Higher Education, 89, 29–52. https://doi.org/10.1007/s10734-024-01341-8

Marcovitch, J. (Org.). (2018). Repensar a universidade I: Desempenho acadêmico e comparações internacionais (Vol. 1). São Paulo: Com-Arte, Fapesp.

Owen-Smith, J. (2018). Research universities and the public good: Discovery for an uncertain future. Stanford Business Books.